



Número: **0800629-54.2018.8.15.0021**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Caaporã**

Última distribuição : **27/11/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DAVI JOSE DE SOUSA (AUTOR)		maria lucineide de lacerda santana (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
17994 631	27/11/2018 09:13	Petição Inicial	Petição Inicial
17994 677	27/11/2018 09:13	PROCURAÇÃO E DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO	Documento de Identificação
17994 703	27/11/2018 09:13	BOLETIM DE OCORRÊNCIA	Documento de Comprovação
17994 740	27/11/2018 09:13	LAUDOS,ATESTADO E RECEITAS MÉDICA	Documento de Comprovação
17994 790	27/11/2018 09:13	PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTO, COMPROVANTE DE SALDO E SINISTRO	Documento de Comprovação
18111 760	06/02/2019 11:19	Despacho	Despacho
21092 727	10/05/2019 15:40	Petição	Petição
24875 689	30/09/2019 16:01	Despacho	Despacho

EXMO. SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CAAPORÃ/PB

DAVI JOSÉ DE SOUSA, brasileiro, solteiro (em união estável), 59 anos, servente, portador do RG nº 992.999 – SSP/PB, inscrito no CPF sob o nº 652.767.794-49, residente e domiciliado no Sítio Retirada, Nº 08, Retirada, **Caaporã/PB**, por sua advogada legalmente constituída (mandato incluso), com escritório profissional localizado na Av. Pedro II, 705, Centro, João Pessoa, Estado da Paraíba, CEP 58.013-420, Tel. (83) 3241-6957, onde deverá receber intimações e correspondências, vem à presença de V. Exa. propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)
(Com base na Lei Nº. 6.194/74, alterada pela Lei nº. 8.441/92 e Lei n. 11.482/07)

contra **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, podendo ser citada por seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º e 6º andar Centro, RIO DE JANEIRO – RJ, CEP: 20031205, pelas razões de fato e de direito a seguir delineadas:

1. PRELIMINARMENTE - DA JUSTIÇA GRATUITA

Requer a concessão do benefício da **JUSTIÇA GRATUITA** em favor do autor, uma vez que ele não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo próprio e de sua família, conforme dispõe o inciso LXXIV do art. 5º da CF/1988 e o art. 2º, caput e parágrafo único, da Lei nº 1.060/50.

2. DOS FATOS

No dia 12 de Abril de 2017, por volta das 17 horas, o comunicante pegou uma carona em uma motocicleta com desconhecido na cidade de Goiana/PE com destino à sua residência em Caaporã/PB. Ao chegar na divisa entre Paraíba e Pernambuco, na BR 101, nas proximidades do Posto Fiscal da Paraíba, vieram a sofrer um acidente.

Em razão da rapidez do acontecimento, o requerente não sabe informar como o referido acidente se deu, de forma que foi deixado no local, vindo a ser socorrido e encaminhado ao Complexo Hospitalar Governador Tarcísio Burity.

Em razão do supramencionado acidente, ao ser atendido no referido hospital, fora diagnosticado com **Fratura do maléolo lateral (CID 10: S82.6)** e **Fratura do maléolo medial (CID 10: S82.5)**, conforme laudos médicos emitidos pelo **Dr. Carlos Tiago da Silveira Chaves (CRM/PB 9293)** e pelo **Dr. Alexandre Galvão (CRM/PB 9128)**. Dessa forma, constatou-se o nexo causal entre o acidente e as sequelas definitivas.



Inclusive, ressalte-se que o requerente submeteu-se a tratamento cirúrgico e permaneceu internado para tratamento médico especializado, conforme declarações e demais documentações médicas em anexo.

A partir de então, a vítima, ora Promovente, procurou munir-se da documentação necessária, para fazer valer seus direitos, vez que tal indenização, na hipótese de invalidez permanente deve ser paga, conforme disciplina o art. 3.º da Lei n.º 6.194, de 19 de dezembro de 1974.

Impende destacar que o autor realizou requerimento administrativo do seguro aqui pleiteado, o qual fora processado sob o Nº de Sinistro 3180336826, contudo, o pagamento do mesmo não fora realizado, estando demonstrado, pois, o interesse de agir.

Convém mencionar que a realização do laudo pericial pelo Instituto Médico Legal - IML é para recebimento do seguro DPVAT na esfera administrativa. A lei que regula a cobrança do seguro DPVAT não exige o referido laudo para o ajuizamento da ação em questão.

Ademais, tendo o autor juntado aos autos prova do acidente, bem como das lesões causadas por ele, é desnecessária a juntada do laudo do IML, diante da possibilidade de produção de prova pericial durante a instrução do feito.

Considerando que há um termo de convênio de cooperação entre o tribunal de justiça da Paraíba e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (convênio nº 015/2014) para a realização de perícias médicas judiciais, visando atestar e quantificar as lesões suportadas, em razão de acidente causado por veículos automotores de via terrestre, diga-se a propósito, muito mais completa que um simples laudo do Instituto Médico Legal, e produzida sob o crivo do contraditório, não há razão para que o promovente se submeta à fila do IML, o que, aliás, comprometeria o rápido andamento processual, com a conseqüente delonga no pagamento de eventual indenização, em evidente prejuízo ao beneficiário.

Quanto ao valor da indenização devida ao Autor, esta ficará a critério do d. Julgador, vez que tem o livre arbítrio para decidir, de acordo com seu livre convencimento, pois a lei estabelece apenas o limite máximo da indenização, mas não fixa critério por porcentagem de debilidade.

3. DO DIREITO

3.1 DA LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM

O seguro de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de vias Terrestres - DPVAT, conhecido popularmente como SEGURO OBRIGATÓRIO, tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidentes de trânsito em todo território nacional, não importando de quem seja a culpa.



“*In casu*”, é direito do Promovente receber uma indenização por danos pessoais até o valor máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ante a invalidez permanente. Nesse sentido, a legitimidade ativa do Promovente na presente demanda é cristalina, por ser a própria vítima do acidente instituidor do seguro.

3.2 DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM - O SEGURO DPVAT- CONVÊNIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

O Art. 7º. da Lei 6.194/74, determina que, em se tratando do seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo de demanda que vise o recebimento da indenização em tela.

Nesse sentido, a resolução nº 154 de 08 de dezembro de 2006, que “*alterou e consolidou as normas disciplinadoras do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não*”, é considerada como um grande avanço no âmbito dos seguros DPVAT, tendo em vista que ela criou uma seguradora líder dos consórcios, que deverá ser especializada em seguros DPVAT, nos termos do seu art. 5º, § 3º.

Assim, a seguradora Líder foi exclusivamente criada para responder pelos seguros DPVAT, em nome do consócio, ficando responsável pelo pagamento dos prêmios, nos moldes do Art. 5º § 8º da mesma resolução.

Resta patente, Douto Julgador, a infalibilidade quanto a legitimidade da empresa promovida para responder no polo passivo da presente demanda, que pode ser corroborada pela resolução 154 dos seguros DPVAT, que é incontroversa quanto ao responsável pelo adimplemento da obrigação.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que **qualquer seguradora que faça parte do complexo da FENASEG constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, a SEGURADORA LÍDER DPVAT, que representa suas associadas na esfera judicial**. Senão vejamos.

"APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE SEGURADORA - Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados". (TAMG - AP 0350628-9 -Uberlândia – 1ª. C. Cív. - Rel. Juiz Silas Vieira - J. 18.12.2001)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se superada qualquer controvérsia, de sorte que, qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG, poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.



3.3 DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

Dispõe o art. 5º da Lei Nº. 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente. Vejamos:

"O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado". (Grifei).

A indenização será paga mediante a apresentação dos seguintes documentos, a saber:

**Comprovação do acidente e das sequelas sofridas;
Registro da ocorrência no órgão policial competente; e Laudo do IML à época do acidente e/ou Laudo Complementar das Sequelas,** demonstrando a INVALIDEZ, DEBILIDADE, PERDA ou INUTILIZAÇÃO, INCAPACIDADE E/OU A DEFORMIDADE PERMANENTE.

O art. 5º, 5º, da Lei 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009, dispõe verbis:

"O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais."

Do texto legal, depreende-se que o Instituto Médico Legal deverá fornecer o laudo constatando e quantificando as lesões permanentes, totais ou parciais, da vítima na esfera administrativa. No âmbito judicial, a realização da prova pericial deve seguir o procedimento previsto nos artigos 464 e seguintes do NCPC.

Nesse sentido, segue a nossa mais atual jurisprudência:

"AGRAVO - PROCESSUAL CIVIL - DECISAO QUE DÁ PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - COBRANÇA DO SEGURO [DPVAT](#) - INVALIDEZ PERMANENTE - PROVA PERICIAL - PEDIDO DE REALIZAÇÃO DE EXAME JUNTO AO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - INDEFERIMENTO - HONORÁRIOS PERICIAIS - FIXAÇÃO ADEQUADA - MANUTENÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. 1 - **Considerando que o laudo pericial a ser realizado pelo Instituto Médico Legal - IML, previsto no art. 5º, 5º, da Lei 6.194/74, é colocada à disposição dos beneficiários do seguro obrigatório (e não da seguradora), visando atestar e quantificar as lesões suportadas, em razão de acidente causado por veículos automotor de via terrestre, se a própria beneficiária do seguro, pretende demonstrar a sua invalidez permanente, através de perícia judicial, diga-se a propósito, muito mais completa que um simples laudo do Instituto Médico Legal, e produzida sob o crivo do contraditório, não há razão para que a suplicante se submeta à fila do IML, o que, aliás, comprometeria o rápido andamento processual, com a conseqüente delonga no pagamento de eventual indenização, em evidente prejuízo à beneficiária.** 2 - Não é excessivo o valor fixado a título de honorários periciais, quando corretamente arbitrados, tendo levado em consideração as despesas e o



trabalho a ser desenvolvido." (TJPR, 10ª C.Cív., Ag. Reg. nº 0615691-6/01, Rel. Des.

LUIZ LOPES, Julg.: 01/10/2009).

No mesmo sentido já decidi em outro feito de minha relatoria: TJPR - 10ª C.Cível - AI 0631577-1 - J. 04.02.2010; TJPR, 10ª C.Cív., AI nº 0628721-4, Julg.: 22/10/2009.

Reforçando a ideia do citado artigo, pontifica o art. 7º, caput, da lei N°. 6.194/74, ao estabelecer que:

"A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei". (Grifei).

Assim, **não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório**, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra **sumulada na Corte do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

"STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) **não é motivo para a recusa do pagamento da indenização**". (Grifei).

Diante dos documentos exigidos pela lei supra, todos juntos aos presentes autos, estes se encontram devidamente instruídos, tornando incontestado o nexo causal entre o acidente e o dano que vitimou a Promovente.

Na mesma seara, decidiu a **TURMA RECURSAL CÍVEL DO ESTADO DA PARAÍBA**, observemos:

"RECURSO - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) -- LEGITIMIDADE DA SEGURADORA DEMANDADA - AUSÊNCIA DE RESTRIÇÃO DA LEI Nº 8.441/92 A SUA APLICAÇÃO AOS ÓBITOS OCORRIDOS ANTES DE SUA VIGÊNCIA - DESNECESSIDADE DE PROVA DO PAGAMENTO DO PRÊMIO PELOS BENEFICIÁRIOS - SENTENÇA MANTIDA RECURSO IMPROVIDO. Todas as seguradoras consorciadas são indistintamente obrigadas ao pagamento da indenização do seguro obrigatório (DPVAT), bastando a prova da existência do fato e suas consequências danosas, observando-se a Lei n. 8.441/92, que não fez nenhuma restrição aos óbitos ocorridos antes de sua vigência, sem que se possa exigir dos beneficiários a comprovação do pagamento do prêmio". (Relator: JUIZ ALEXANDRE TARGINO GOMES FALCAO. Ano: 2001. Data Decisão: 19/12/2000. Natureza: RECURSO INOMINADO. Órgão Julgador: TURMA RECURSAL CIVEL. Procedência: CAMPINA GRANDE - 2ª REGIAO. Origem: JUIZADO ESPECIAL CIVEL. Comarca: CAMPINA GRANDE). (Grifei).



Ainda, proclamou o **STJ**:

"AÇÃO INDENIZATÓRIA - PEDIDO CUMULADO COM DANOS MORAIS - POSSIBILIDADE - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - ACIDENTE DE VEÍCULO - RECUSA AO PAGAMENTO - PROVA DO FATO - RECURSO IMPROVIDO.

A indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais (DPVAT), causados por Veículos Automotores Via Terrestre, devida à pessoa vitimada, pode ser cobrada de qualquer seguradora integrante do convênio, independente de pagamento do prêmio do seguro. Havendo recusa injustificada à cobertura securitária, pode o prejudicado, a depender do caso concreto, pleitear a indenização na esfera judicial, cumulando-a com danos morais, ante o dissabor da recusa da seguradora em não pagar. "A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização" (Súmula 257 do STJ). (Grifamos).

É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

3.4 DO QUANTUM INDENIZATÓRIO

Neste especial, a demanda não comporta maiores ilações. De acordo com a Lei n. 11.482/2007, **o valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT), em caso de invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), senão vejamos:**

"Art. 8º. Os arts. 3º., 4º., 5º. e 11º. da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º. desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

...

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

..." (Grifos nossos).

Assim, estando provado e incontroverso o fato do acidente automobilístico, impõe-se a condenação da Promovida com base na Legislação já sobejamente invocada.

4. DO PEDIDO

Ante ao todo exposto, requer a Promovente, que V. Exa. se digne determinar:



- a) O Benefício da Justiça Gratuita, constante na Lei N°. 1.060/50, c/c a Súmula 29 deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, uma vez que o Promovente não possui condições de arcar com as custas e despesas processuais, nem com os honorários advocatícios, sem prejuízo próprio e de sua família;
- b) A citação da Promovida, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar, no prazo legal, a presente ação, sob pena de revelia e confissão;
- c) Que, ao final, seja a presente ação **JULGADA TOTALMENTE PROCEDENTE, com a condenação da Promovida a pagar ao Promovente o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a título de INDENIZAÇÃO POR DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE**, nos termos do art. 3.º, II, da lei n.º 11.482/07, **acrescido de juros legais e correção monetária à data do evento danoso (12/04/2017)**, conforme entendimento sumulado (Súmulas 43 e 54) do Superior Tribunal de Justiça;
- d) **Requer, outrossim, a produção de provas, por todos os meios em direito admitidos, em especial pela designação de perícia médica, e a indicação de perito judicial. Com o pagamento dos honorários periciais judiciais em até 15 dias pela promovida. O valor fixado individual conforme convênio (convênio nº 015/2014) pactuado é de R\$ 200,00, independente do resultado da avaliação médica realizada e da gravidade da lesão apresentada pela vítima. O mesmo valerá para as avaliações médicas, conforme convênio firmado. Bem como, o depoimento pessoal do representante legal da Promovida, depoimentos de testemunhas e A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DO PROMOVENTE**, com base no Inciso VIII, Art. 6º. da Lei N°. 8.078/90;
- e) As intimações sejam destinadas, exclusivamente, à Advogada MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA (OAB/PB 11.662-B), sob pena de nulidade.
- f) Requer, por último, a condenação da Promovida, ainda em custas judiciais, despesas e honorários advocatícios, estes a razão habitual de 20%.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para efeitos fiscais.

Termos em que,

Pede DEFERIMENTO.

João Pessoa/PB, 27 de Novembro de 2018.

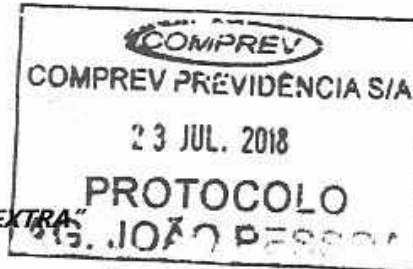
MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA
OAB-PB 11.662-B





LACERDA SANTANA
ADVOCACIA

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"



OUTORGANTE:

Davi José de Sousa, brasileiro, solteiro, inscrito
no CPF 652.767.794-49 e RG 992.999, residente e
domiciliado em Rua Petrópolis, 108, Caaporã, PB, CEP
58326-000.

OUTORGADA: MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB 11.662-B, LUIZ SANTANA DE LIMA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº 14.301-B, LARISSA MARIA LACERDA SANTANA, brasileira, solteira, inscrita na OAB-PB sob o nº 23.625 RICARDO HENRIQUE CANTALICE HARDMAN, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB-PB sob o nº 14.903, EDNA DE LOURDES LEITE BRASILINO, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PB sob o nº 16.105, com endereço profissional na Av. Dom. Pedro II, nº 705, Centro, João Pessoa/PB, telefone (83) 3241.6957.

PODERES: Os da Cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA" perante qualquer juízo, instância ou Tribunal, até decisão final, usando todos os meios e recursos legais em representação do (a) outorgante, também, em qualquer órgão, empresas privadas ou públicas, sociedades de economia mista, etc., conferindo-lhes ainda poderes especiais para: confessar, desistir, transigir, firmar acordos, receber importâncias e valores, emitir e endossar cheques, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, receber citação, intimação, notificação, etc., renunciar direitos, fazer cessão de direitos e arrolamentos, fazendo declarações, assinando termos, fazer habilitação de crédito em inventário, contraditar testemunhas, arguir suspeições criminais, revogar procurações, atuar como defensor ou assistente em ações trabalhistas, previdenciárias, comerciais, tributárias, cíveis, propor queixa crime (ação penal privada), impetrar Mandado de Segurança, apelar, atuar como defensor em notificação de infração ou imposição de penalidade de trânsito, substabelecer, com ou sem reservas de poderes, sem prejuízo imediato de honorários a que se fizer jus (nos moldes dos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do Art. 85 do Novo Código de Processo Civil Pátrio), enfim, praticar todos os atos previstos no art. 105 do Novo Código de Processo Civil e art. 5º, §2, da Lei 8.906, de 04/07/94 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil).

João Pessoa/PB, 14 de julho de 2018.

Davi José de Sousa

OUTORGANTE

(83) 3241.6957

TABELIONATO DE NOTAS DIST. DE CUISSURA
Rua do Comercio, 324, Cupissura, Caaporã - PB
Reconheço, por autenticidade, a(s) firma(s) de:
DAVI JOSÉ DE SOUSA
Dou fé. Caaporã/PB - 06/02/2018
Substituto: Edvaldo Salustiano da Silva
Selo Digital: AGI85696-8HW1
Consulte a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>
Emol R\$ 9,23 FARPEN R\$ 0,27 MP R\$ 0,15 FEPJ R\$ 1,70

Av. Dom Pedro II, 705 • Centro • CEP 58013-420 • João Pessoa - PB
Rua Orcine Fernandes, 63 • sala 110 • Mel Shopping • Sapé - PB



992.999 PB



052.707.794-49



DOCUMENTO PARA PAGAMENTO



DAVI JOSE DE SOUZA

CPF: 000.000.000-00

Nº 000.000.000

ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

Rf 700 Km 25 - Centro Ruraltour - João Pessoa / PB - CEP 58111-400
CNPJ 09.945.782 / 0201-40 - Ins.Cat. 15.013.843-4

DAVI JOSE DE SOUZA

BIT RETIRADA DE

CAAPDIRA

5/825288-4

AGO/2017

07/08/2017

30

14/08/2017

R\$ 19,75



DAVI JOSE DE SOUZA

Roteiro: 01-018-103-0650

8364000000-3 19750054000-4 08252882017-6 08900018019-3



14/08/2017

R\$ 19,75

425288-2017-06-9



Assinado eletronicamente por: maria lucineide de lacerda santana - 27/11/2018 09:12:32

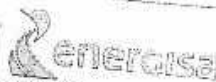
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18112709093546700000017513959>

Número do documento: 18112709093546700000017513959

DAVI JOSE DE SOUZA
07116 TRF004, 08 - RETIRADA
CAMPORÁ/PB CEP: 56328000 (AG 16)

Classificação RESIDENCIAL (RESIDENCIAL MONOFASICA)
Número 1-16-103-650
Nome do usuário 00001148150

Referência: Mai/2017
Emissão: 04/05/2017



ENERGISA PARABÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
B-230, Km 25 - C. Itaipu Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-200
CNPJ 08.006.183/0001-40 - Insc. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 000.038.429
Obrigação para Débito Automático: 000082884

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a

UC (Unidade Consumidora):

5/825288-4

Canal de contato

Mai / 2017

Apresentação

Informamos a não efetuação da leitura por impedimento do acesso a sua unidade - resultando em faturamento pela média. Eventual alteração será corrigida no próximo faturamento. Resgatamos a acessibilidade de desligar o acesso ao local e a medição. Por favor, dias na apresentação desta fatura (Art. 171, Par. 4º da ANEEL).

04/05/2017

Data prevista da próxima leitura

02/06/2017

CPF/CNPJ/RANI

Insc. Est.

Faturas em atraso

18/08/2015 18,94
11/11/2014 17,07

Histórico de Consumo (kWh)

Mar/17	30
Abr/17	30
Mai/17	30
Jun/17	30
Jul/17	30
Ago/17	30
Sep/17	30
Out/17	30
Nov/17	30
Dez/17	30
Jan/18	30
Fev/18	30
Mar/18	30
Abr/18	30
Mai/18	30
Jun/18	30
Jul/18	30
Ago/18	30
Sep/18	30
Out/18	30
Nov/18	30
Dez/18	30
Jan/19	30
Fev/19	30
Mar/19	30
Abr/19	30
Mai/19	30
Jun/19	30
Jul/19	30
Ago/19	30
Sep/19	30
Out/19	30
Nov/19	30
Dez/19	30
Jan/20	30
Fev/20	30
Mar/20	30
Abr/20	30
Mai/20	30
Jun/20	30
Jul/20	30
Ago/20	30
Sep/20	30
Out/20	30
Nov/20	30
Dez/20	30
Jan/21	30
Fev/21	30
Mar/21	30
Abr/21	30
Mai/21	30
Jun/21	30
Jul/21	30
Ago/21	30
Sep/21	30
Out/21	30
Nov/21	30
Dez/21	30
Jan/22	30
Fev/22	30
Mar/22	30
Abr/22	30
Mai/22	30
Jun/22	30
Jul/22	30
Ago/22	30
Sep/22	30
Out/22	30
Nov/22	30
Dez/22	30
Jan/23	30
Fev/23	30
Mar/23	30
Abr/23	30
Mai/23	30
Jun/23	30
Jul/23	30
Ago/23	30
Sep/23	30
Out/23	30
Nov/23	30
Dez/23	30
Jan/24	30
Fev/24	30
Mar/24	30
Abr/24	30
Mai/24	30
Jun/24	30
Jul/24	30
Ago/24	30
Sep/24	30
Out/24	30
Nov/24	30
Dez/24	30
Jan/25	30
Fev/25	30
Mar/25	30
Abr/25	30
Mai/25	30
Jun/25	30
Jul/25	30
Ago/25	30
Sep/25	30
Out/25	30
Nov/25	30
Dez/25	30
Jan/26	30
Fev/26	30
Mar/26	30
Abr/26	30
Mai/26	30
Jun/26	30
Jul/26	30
Ago/26	30
Sep/26	30
Out/26	30
Nov/26	30
Dez/26	30
Jan/27	30
Fev/27	30
Mar/27	30
Abr/27	30
Mai/27	30
Jun/27	30
Jul/27	30
Ago/27	30
Sep/27	30
Out/27	30
Nov/27	30
Dez/27	30
Jan/28	30
Fev/28	30
Mar/28	30
Abr/28	30
Mai/28	30
Jun/28	30
Jul/28	30
Ago/28	30
Sep/28	30
Out/28	30
Nov/28	30
Dez/28	30
Jan/29	30
Fev/29	30
Mar/29	30
Abr/29	30
Mai/29	30
Jun/29	30
Jul/29	30
Ago/29	30
Sep/29	30
Out/29	30
Nov/29	30
Dez/29	30
Jan/30	30
Fev/30	30
Mar/30	30
Abr/30	30
Mai/30	30
Jun/30	30
Jul/30	30
Ago/30	30
Sep/30	30
Out/30	30
Nov/30	30
Dez/30	30
Jan/31	30
Fev/31	30
Mar/31	30
Abr/31	30
Mai/31	30
Jun/31	30
Jul/31	30
Ago/31	30
Sep/31	30
Out/31	30
Nov/31	30
Dez/31	30
Jan/32	30
Fev/32	30
Mar/32	30
Abr/32	30
Mai/32	30
Jun/32	30
Jul/32	30
Ago/32	30
Sep/32	30
Out/32	30
Nov/32	30
Dez/32	30
Jan/33	30
Fev/33	30
Mar/33	30
Abr/33	30
Mai/33	30
Jun/33	30
Jul/33	30
Ago/33	30
Sep/33	30
Out/33	30
Nov/33	30
Dez/33	30
Jan/34	30
Fev/34	30
Mar/34	30
Abr/34	30
Mai/34	30
Jun/34	30
Jul/34	30
Ago/34	30
Sep/34	30
Out/34	30
Nov/34	30
Dez/34	30
Jan/35	30
Fev/35	30
Mar/35	30
Abr/35	30
Mai/35	30
Jun/35	30
Jul/35	30
Ago/35	30
Sep/35	30
Out/35	30
Nov/35	30
Dez/35	30
Jan/36	30
Fev/36	30
Mar/36	30
Abr/36	30
Mai/36	30
Jun/36	30
Jul/36	30
Ago/36	30
Sep/36	30
Out/36	30
Nov/36	30
Dez/36	30
Jan/37	30
Fev/37	30
Mar/37	30
Abr/37	30
Mai/37	30
Jun/37	30
Jul/37	30
Ago/37	30
Sep/37	30
Out/37	30
Nov/37	30
Dez/37	30
Jan/38	30
Fev/38	30
Mar/38	30
Abr/38	30
Mai/38	30
Jun/38	30
Jul/38	30
Ago/38	30
Sep/38	30
Out/38	30
Nov/38	30
Dez/38	30
Jan/39	30
Fev/39	30
Mar/39	30
Abr/39	30
Mai/39	30
Jun/39	30
Jul/39	30
Ago/39	30
Sep/39	30
Out/39	30
Nov/39	30
Dez/39	30
Jan/40	30
Fev/40	30
Mar/40	30
Abr/40	30
Mai/40	30
Jun/40	30
Jul/40	30
Ago/40	30
Sep/40	30
Out/40	30
Nov/40	30
Dez/40	30
Jan/41	30
Fev/41	30
Mar/41	30
Abr/41	30
Mai/41	30
Jun/41	30
Jul/41	30
Ago/41	30
Sep/41	30
Out/41	30
Nov/41	30
Dez/41	30
Jan/42	30
Fev/42	30
Mar/42	30
Abr/42	30
Mai/42	30
Jun/42	30
Jul/42	30
Ago/42	30
Sep/42	30
Out/42	30
Nov/42	30
Dez/42	30
Jan/43	30
Fev/43	30
Mar/43	30
Abr/43	30
Mai/43	30
Jun/43	30
Jul/43	30
Ago/43	30
Sep/43	30
Out/43	30
Nov/43	30
Dez/43	30
Jan/44	30
Fev/44	30
Mar/44	30
Abr/44	30
Mai/44	30
Jun/44	30
Jul/44	30
Ago/44	30
Sep/44	30
Out/44	30
Nov/44	30
Dez/44	30
Jan/45	30
Fev/45	30
Mar/45	30
Abr/45	30
Mai/45	30
Jun/45	30
Jul/45	30
Ago/45	30
Sep/45	30
Out/45	30
Nov/45	30
Dez/45	30
Jan/46	30
Fev/46	30
Mar/46	30
Abr/46	30
Mai/46	30
Jun/46	30
Jul/46	30
Ago/46	30
Sep/46	30
Out/46	30
Nov/46	30
Dez/46	30
Jan/47	30
Fev/47	30
Mar/47	30
Abr/47	30
Mai/47	30
Jun/47	30
Jul/47	30
Ago/47	30
Sep/47	30
Out/47	30
Nov/47	30
Dez/47	30
Jan/48	30
Fev/48	30
Mar/48	30
Abr/48	30
Mai/48	30
Jun/48	30
Jul/48	30
Ago/48	30
Sep/48	30
Out/48	30
Nov/48	30
Dez/48	30
Jan/49	30
Fev/49	30
Mar/49	30
Abr/49	30
Mai/49	30
Jun/49	30
Jul/49	30
Ago/49	30
Sep/49	30
Out/49	30
Nov/49	30
Dez/49	30
Jan/50	30
Fev/50	30
Mar/50	30
Abr/50	30
Mai/50	30
Jun/50	30
Jul/50	30
Ago/50	30
Sep/50	30
Out/50	30
Nov/50	30
Dez/50	30
Jan/51	30
Fev/51	30
Mar/51	30
Abr/51	30
Mai/51	30
Jun/51	30
Jul/51	30
Ago/51	30
Sep/51	30
Out/51	30
Nov/51	30
Dez/51	30
Jan/52	30
Fev/52	30
Mar/52	30
Abr/52	30
Mai/52	30
Jun/52	30
Jul/52	30
Ago/52	30
Sep/52	30
Out/52	30
Nov/52	30
Dez/52	30
Jan/53	30
Fev/53	30
Mar/53	30
Abr/53	30
Mai/53	30
Jun/53	30
Jul/53	30
Ago/53	30
Sep/53	30
Out/53	30
Nov/53	30
Dez/53	30
Jan/54	30
Fev/54	30
Mar/54	30
Abr/54	30
Mai/54	30
Jun/54	30
Jul/54	30
Ago/54	30
Sep/54	30
Out/54	30
Nov/54	30
Dez/54	30
Jan/55	30
Fev/55	30
Mar/55	30
Abr/55	30
Mai/55	30
Jun/55	30
Jul/55	30
Ago/55	30
Sep/55	30
Out/55	30
Nov/55	30
Dez/55	30
Jan/56	30
Fev/56	30
Mar/56	30
Abr/56	30
Mai/56	30
Jun/56	30
Jul/56	30
Ago/56	30
Sep/56	30
Out/56	30
Nov/56	30
Dez/56	30
Jan/57	30
Fev/57	30
Mar/57	30
Abr/57	30
Mai/57	30
Jun/57	30
Jul/57	30
Ago/57	30
Sep/57	30
Out/57	30
Nov/57	30
Dez/57	30
Jan/58	30
Fev/58	30
Mar/58	30
Abr/58	30
Mai/58	30
Jun/58	30
Jul/58	30
Ago/58	30
Sep/58	30
Out/58	30
Nov/58	30
Dez/58	30
Jan/59	30
Fev/59	30
Mar/59	30
Abr/59	30
Mai/59	30
Jun/59	30
Jul/59	30
Ago/59	30
Sep/59	30
Out/59	30
Nov/59	30
Dez/59	30
Jan/60	30
Fev/60	30
Mar/60	30
Abr/60	30
Mai/60	30
Jun/60	30
Jul/60	30
Ago/60	30
Sep/60	30
Out/60	30
Nov/60	30
Dez/60	30
Jan/61	30
Fev/61	30
Mar/61	30
Abr/61	30
Mai/61	30
Jun/61	30
Jul/61	30
Ago/61	30
Sep/61	30
Out/61	30
Nov/61	30
Dez/61	30
Jan/62	30
Fev/62	30
Mar/62	30
Abr/62	30
Mai/62	30
Jun/62	30
Jul/62	30
Ago/62	30
Sep/62	30
Out/62	30
Nov/62	30
Dez/62	30
Jan/63	30
Fev/63	30
Mar/63	30
Abr/63	30
Mai/63	



GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
6ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE CAAPORÃ
Rua Augusto Corrêa Veloso, 56 - Centro CEP 58.326-000 Tel/Fax: (83) 3286 1402



BOLETIM DE OCORRENCIA nº 412/2017

Versando sobre: Acidente de Trânsito

Data do ocorrido: 12 de Abril de 2017

Hora e data que a Delegacia tomou conhecimento: 10hs08min, do dia 16 de Junho de 2017.

Local do ocorrido: BR101, divisa, Caaporã/PB.

COMUNICANTE:

Nome: DAVI JOSÉ DE SOUSA

Nacionalidade: BRASILEIRO

Naturalidade: Ingá/PB

Idade: 57 anos

Data de nascimento: 09/10/1959

Estado Civil: solteiro

Profissão: agricultor

Identidade nº: 997.999 SSP/PB

CPF: 652.767.794-49

Filiação: Lindalva Maria da Conceição e de pai não declarado

Endereço Trabalho: Sítio Retirada, n.º 08, Caaporã/PB

Telefone: (83) 9935-42665

Ponto de Referência: Próximo ao Fórum de Caaporã/PB

HISTÓRICO: Ciente da penalidade prevista no Artigo 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica) declarou QUE:

No dia 12 de Abril de 2017, por volta das 17hs, o comunicante pegou uma carona na moto de um desconhecido na cidade de Goiânia/PE, com destino a sua residência em Caaporã/PB; QUE, ao chegar na divisa entre PB e PE, na BR 101, nas proximidades do Posto fiscal da PB, houve um acidente; QUE, segundo o comunicante tudo aconteceu de forma tão rápida que o comunicante não sabe informar se o motorista da moto se desequilibrou e caiu ou se houve colisão com outro veículo; QUE, o motorista da moto foi embora do local e deixou o comunicante lá, sendo este socorrido pelo SAMU e encaminhado para o Complexo Hospitalar Governador Tarcísio Burty (ORTOTRAUMA DE MANGABEIRA); QUE, segundo laudo apresentado pelo comunicante, este sofreu trauma torsional do tornozelo resultando em fratura do tornozelo, sendo submetido a tratamento cirúrgico com o uso de material de osteossíntese e segundo o laudo inapto a realizar atividades laborais e habituais por um período de 90 dias, CID S82.6.; QUE, o comunicante não sabe informar os dados da moto e nem conhece o proprietário que lhe deu carona; Lido e achado conforme, vai devidamente assinado, pelo depoente, e por mim, Escrivão ad hoc que digitei. Requer registro da ocorrência e respectiva certidão para fazer prova junto ao órgão competente.

DAVI JOSÉ DE SOUSA

DAVI JOSÉ DE SOUSA
COMUNICANTE

RENATA TEIXEIRA

RENATA TEIXEIRA
ESCRIVÃ "AD-HOC"





RECEITUÁRIO MÉDICO - SUS

NOME:

Dr. João de Souza
Mário Mello

Receita com foco de atenção
de pronto, para ser realizada
Receita médica e afins
e ser entregue ao tempo
necessário.
Gostei Mello.

Assinatura e Carimbo

Dr. João de Souza
Otorrinolaringologista





SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ATESTADO MÉDICO

Atesto, para os devidos fins, a pedido do interessado,

que Dr. José de Souza,

portador do RG.: _____, foi submetido à

consulta médica nesta data, no horário das _____

horas, sendo portador da afecção CID-10 S82.5+S82.6

_____ em decorrência, deverá permanecer

afastado de suas atividades laborativas por um período

de 60 (SESSENTA) dias, a

partir desta data.

Caaporá/PB, 06/08/17

[Assinatura]
Assinatura Carimbo do Médico
CRM PB 8215

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____,

autorizo o Dr(a). _____,

a registrar o diagnóstico codificado CID ou por extenso

neste atestado médico.

Assinatura do Paciente ou Responsável





Pl. Davi José de Sousa

Laudo Médico

Paciente vítima de trauma torsional do tornozelo resultando em fratura do tornozelo; foi submetido(a) a tratamento cirúrgico com uso de material de osteossíntese, encontra-se inapto(a) a realizar suas atividades habituais e laborais por um período de 90 (noventa) dias a contar da data abaixo.

CID: S82.6

Dr. Alexandre Galvão
Especialista Traumatologia
CRM 9128 SBT 9603

20/04/2017

DR. ALEXANDRE GALVÃO
CRM 9.128-PB TEOT 9.603

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB



LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

NOME <i>Davi José de Sousa</i>				PRONTUÁRIO Nº	
IDADE <i>57a</i>	SEXO <i>M</i>	COR	CLÍNICA <i>Ortopedia</i>	ENF.	LEITO
DATA DE ADMISSÃO <i>12.04.2017</i>		DATA DE ALTA <i>21.04.2017</i>		TEMPO DE PERMANÊNCIA <i>09 dias.</i>	
DIAGNÓSTICO INICIAL <i>Fratura do Maléolo Lateral e Medial do tornozelo (E)</i>				CID <i>S82.5 + S82.6</i>	
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO <i>O mesmo</i>					
OUTROS DIAGNÓSTICOS					
PRINCIPAIS EXAMES <i>Rx de tornozelo demonstrando solução de continuidade óssea de maléolo lateral e Medial</i>					
TERAPIA MEDICAMENTOSA					
ANATOMIA PATOLÓGICA					
INFECÇÃO DE F.O. () SIM (X) NÃO					
RESULTADO BACTERIOLOGIA			COLETA DE MATERIAL () SIM () NÃO		
CONDIÇÕES DE ALTA (X) MELHORADO () REMOVIDO () A PEDIDO () CURADO ()					
RESUMO CLÍNICO (HISTÓRIA, EVOLUÇÃO, TERAPÊUTICA, COMPLICAÇÕES) <i>Paciente portador(a) de fratura de maléolo lateral e medial foi submetido(a) a tratamento cirúrgico através de osteossíntese com placas e parafusos. Recebe alta em boas condições clínicas e orientações com relação ao uso de medicação antibiótica e analgésica. Retornará ao ambulatório deste serviço para continuidade de tratamento e orientações.</i>					
ORIENTAÇÕES PÓS ALTA					
DIETA: Livre ou conforme já realizada pelo paciente se diabético, hipertenso, renal crônico, etc...					
POUSO: Relativo em casa por 15 dias. Retornar atividades sem esforço físico em 30 dias. Retorno às atividades com esforço físico leve em 45 dias e com esforço maior em 90 dias.					
CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA: Lavá-la com água e sabão duas vezes ao dia. Não colocar produtos tópicos no lugar. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchado" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.					
MEDICAÇÕES PARA CASA: Ciprofloxacina, Tramadon (cloridrato de tramadol)					
RETORNO: Ao posto de saúde em 21 dias. Ao ambulatório do Complexo Hospitalar Mangabeira em 21 dias para revisão.					
DATA <i>21.04.2017</i>				Dr. Alexandre Galvão Ortopedia e Traumatologia CRM 9124 SBT 9603 ASS. MÉDICO / C.R.M.	
*Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO					
CONTINUIDADE DE TRATAMENTO					



LAUDO MÉDICO - RESUMO DE ALTA

NOME <i>Davi Jose de Sousa</i>				PRONTUÁRIO Nº	
IDADE <i>58 a</i>	SEXO <i>Masc</i>	COR	CLÍNICA <i>Ortopedia</i>	ENF.	LEITO
DATA DE ADMISSÃO <i>25/10/2017</i>		DATA DE ALTA <i>25/10/2017</i>		TEMPO DE PERMANÊNCIA	
DIAGNÓSTICO INICIAL <i>Fratura de tornozelo Esquerdo Bimaleolar</i>					CID
DIAGNÓSTICO DEFINITIVO <i>O mesmo</i>					
OUTROS DIAGNÓSTICOS					
PR. AIS EXAMES <i>Rx de perna demonstrando fratura consolidada de tornozelo E</i>					
TERAPÊUTICA MEDICAMENTOSA					
ANATOMIA PATOLÓGICA					
INFECÇÃO DE F.O. () SIM (X) NÃO			COLETA DE MATERIAL () SIM () NÃO		
RESULTADO BACTERIOLOGIA					
CONDIÇÕES DE ALTA (X) MELHORADO () REMOVIDO () A-PEDIDO () CURADO ()					
ÓBITO					

RESUMO CLÍNICO (HISTÓRIA, EVOLUÇÃO, TERAPÊUTICA, COMPLICAÇÕES)

Paciente portador(a) de Fratura de Tornozelo Esq. foi submetido(a) a tratamento cirúrgico através de retirada de material de síntese e limpeza cirúrgica. Recebe alta em boas condições clínicas e orientação com relação ao uso de medicação analgésica e/ou antibiótica. Retornará ao ambulatório deste serviço para continuidade de tratamento e orientações.

ORIENTAÇÕES PÓS ALTA

DIETA: *Livre ou conforme já realizada pelo(a) paciente se diabético, hipertenso, renal crônico, etc...*

REPOUSO: Relativo em casa por *15* dias.

Retorno às atividades sem esforço físico em *30* dias.

Retorno às atividades com esforço físico leve em *45* dias e com esforço maior em *90* dias.

CUIDADOS COM A FERIDA OPERATÓRIA:

Lavá-la com água e sabão duas vezes ao dia. Não colocar produtos tópicos no lugar. Se sentir dor, calor, vermelhidão ou "inchaço" no local, ou se ocorrer febre, procurar imediatamente este Complexo Hospitalar.

MEDICAÇÕES PARA CASA:

RETORNO: Ao posto de saúde em *21* dias.

Ao ambulatório do *Complexo Hospitalar Mangabeira* em *21* dias para revisão.

25/10/17

DATA

ASS. MÉDICO / C.R.M.

Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





Complexo Hospitalar
MANGABEIRA
GOVERNADOR TARCÍSIO BURTY

P/ Dani Jari de Souza

R


Uso Oral

1) Cefalexina (500mg) ----- 01 CX
(Comprimido)

Tomar 01 comprimido por via oral de 06/06 horas por
07 (sete) dias.

2) Profenid (100mg) ----- 01 CX
(Cetoprofeno)

Tomar 01 comprimido de 12/12 horas por 05 (cinco)
dias.


25/10/2017

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAAPORÁ
Secretaria Municipal de Saúde



RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL

IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE	
Nome Completo:	USF Rêndia
CRM:	9319 UF: PB
Endereço:	Av. Rêndia
Cidade:	Caaporá UF: PB
Fone:	

1ª Via - Retenção da Farmácia ou Drogeria
2ª Via - Orientação ao Paciente

[Handwritten signature]
Assinatura e carimbo do Médico

Assinatura e carimbo do Médico

Data: 06, 06, 17

Paciente: Davi José de Souza

Endereço: Divisa, Caaporá

Prescrição:

2/ Uso Oral

2. Tylex 500 + 30mg — 210g
Tamar. de Capão, 8/8 se dor.

IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR	
Nome:	
Ident./CPF:	
Orgão Emissor:	
Endereço:	
Cidade:	UF:
Telefone:	

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR	
Assinatura do Fornecedor/Farmacêutico	
Data: / /	





SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RECEITUÁRIO

Davi José de Souza

R/ Uso Oral


1. Ibuprofeno 600mg — 300mg
Tomar 01 cp, vo, 12/12h por
10 dias

Caaporá/PB 05/06/17

Assinatura e Carimbo Médico



PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT

IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0267791/18

Número do Sinistro: 3180336826

Vítima: DAVI JOSE DE SOUSA

CPF: 652.767.794-49

Seguradora: ANGELUS SEGUROS S/A

Data do acidente: 12/04/2017

CPF de: Próprio

Titular do CPF: DAVI JOSE DE SOUSA

DOCUMENTOS ENTREGUES

Sinistro

Comprovação de ato declaratório

ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação entregue

Data da entrega: 09/10/2018

Nome: RICARDO HENRIQUE CANTALICE HARDMAN

CPF: 052.202.404-12

RICARDO HENRIQUE CANTALICE HARDMAN

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 09/10/2018

Nome: RENATO LUNA DIAS

CPF: 705.216.494-98





AUTO-ATENDIMENTO - AG GOIANA

DATA: 15/01/2018

HORA: 06:35:12

TERMINAL: 07741002

CONTROLE: 077410020012

AGÊNCIA: 0774 - GOIANA

CONTA : 013.00006178-7

CLIENTE: DAVI JOSE DE SOUSA

SALDO PARA SIMPLES CONFERENCIA

SALDOS DE POUPANÇA POR DATA LIMITE

DEPÓSITOS REALIZADOS ATÉ 03/05/2012

SEM AS MOVIMENTAÇÕES DO DIA

DATA	VALOR
01/01	0,00
12/01	0,00
14/01	20,96

DEPÓSITOS REALIZADOS A PARTIR DE 04/05/2012

SEM AS MOVIMENTAÇÕES DO DIA

DATA	VALOR
01/01	0,79
12/01	9,09
16/01	12,40

RESUMO EM 15/01

SALDO	43,26
-------	-------

RESUMO DO DIA

SALDO BLOQUEADO	0,00
SALDO DISPONIVEL	43,26C
SALDO TOTAL	43,26C

"Pense antes de imprimir, conserve o meio
ambiente! Consulte o saldo em tela!"

Informações, reclamações, sugestões e elogios:

SAC CAIXA: 0800-726 0101

Ouvidoria da CAIXA: 0800-725 7474

www.caixa.gov.br



Assinado eletronicamente por: maria lucineide de lacerda santana - 27/11/2018 09:12:37

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18112709121097500000017514072>

Número do documento: 18112709121097500000017514072

Rio de Janeiro, 16 de Outubro de 2018

Ass Cuidados de: DAVI JOSE DE SOUSA
Nº Sinistro: 3180336826
Vítima: DAVI JOSE DE SOUSA
Data do Acidente: 12/04/2017
Cobertura: INVALIDEZ
Procurador: RICARDO HENRIQUE CANTALICE HARDMAN

Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o número 3180336826, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Documentação médico-hospitalar não conclusiva

A documentação deve ser entregue na **COMPREV SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **Interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pos. 00324103245 - carta_03 - INVALIDEZ

00000121



Carta nº 13403048





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Caaporã

Processo nº 0800629-54.2018.8.15.0021
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]
PROCEDIMENTO COMUM (7)

DESPACHO:

Vistos,

Compulsando-se os autos, verifico, no conteúdo da petição inicial, a ausência do requisito legal estabelecido no art. 319, VII do CPC.

Desta forma, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, completar a exordial, consignando a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação (art. 321 do CPC), sob pena de indeferimento da inicial (art. 321, parágrafo único do CPC).

Cumpra-se.

Caaporã, 3 de dezembro de 2018

Juiz(a) de Direito



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
CAAPORÃ/PB**

PROCESSO Nº 0800629-54.2018.8.15.0021

AUTOR: DAVI JOSÉ DE SOUSA

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT

DAVI JOSÉ DE SOUSA, já qualificado nos autos, intimado da decisão constante dos autos, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por sua advogada subscritora, informar que não possui interesse na realização de audiência conciliatória, haja vista o conhecimento comezinho que se tem da não realização de conciliações.

Nestes termos,
P. deferimento.

João Pessoa/PB, 10 de Maio de 2019.

MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA
OAB/PB 11.662-B



**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
COMARCA DE CAAPORÃ**

Processo número - 0800629-54.2018.8.15.0021

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: DAVI JOSE DE SOUSA

Advogado do(a) AUTOR: MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA - PB11662-B

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro o pedido de gratuidade de justiça.

Como é cediço, o art. 334 do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese o texto legal, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão do ato que indeferiu o pedido no âmbito extrajudicial, apenas reapresentando a situação de fato ao juízo sem a complementação de provas, trazendo os mesmos exames já levados à perícia administrativa.

Ademais, a experiência prática demonstra que as seguradoras não realizam acordos em demandas congêneres, razão pela qual deixo de designar audiência prévia de conciliação.

Cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344 do CPC.

Caaporã, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

GABRIELLA DE BRITTO LYRA LEITÃO NÓBREGA - Juíza de Direito

